

Polémica e humor: interfaces possíveis na crónica de Juma Aiuba

Controversy and humor: possible interfaces in Juma Aiuba's chronicle

WILSON, FRANCELINO
fradwilson2@gmail.com

Docente na Universidade Púnguè, Moçambique
Doutorando em Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PALAVRAS-CHAVE:

polémica;
humor;
Juma Aiuba.

RESUMO: Na crónica *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, o discurso de Juma Aiuba constrói duas isotopias, i.e., o caso das dívidas ocultas e a pandemia do novo coronavírus. Este modelo de escrita mostra-se desafiante para a análise do discurso, até porque desperta interesse para a compreensão do padrão do autor e para as marcas do mesmo no texto. Na perspetiva integrada de Jean-Michel Adam (2001), à luz das múltiplas categorias de análise de um género de texto, procedemos ao estudo da crónica referida, com o intuito de ajudar a definir o padrão da escrita de JA e discutir a polémica e o humor como categorias discursivas “coniventes” no texto de cariz opinativo. Da análise, conclui-se que o texto de JA se inscreve no género do ‘discurso polémico’, fazendo-se valer da modalidade argumentativa polémico-humorística. Para esse efeito, concorrem o dissenso e o ‘efeito de surpresa’ presentes na sua produção textual. Neste quadro, o autor contribui para a construção da democracia e cidadania em Moçambique, socorrendo-se da dicotomização, da polaridade negativa e de outras categorias dialógicas na construção de um discurso de intervenção social.

KEY-WORDS:

polemic;
humor;
Juma Aiuba.

ABSTRACT: In the chronicle *The “Past-perfect” of life, (O “pretérito mais-que-perfeito” da vida)*, Juma Aiuba inscribes his speech in two isotopies, i.e. the case of hidden debts and the pandemic of the new coronavirus. This writing model proves to be challenging to discourse analysis, even because it arouses interest in understanding the author's standard and the enunciator's marks. In the integrated perspective of Jean-Michel Adam (2001), to the light of the multiple categories, we analyze for the purpose of helping define the standard of JA's writing and discuss polemics and humor as “connivent” discursive categories in opinionated aspect. From the analysis, it is concluded that JA's text is inscribed in the ‘polemic discourse’ genre, asserting itself of the polemic-humoristic argumentative modality. For this purpose, the dissent and the ‘surprise effect’ present in his textual production contribute. In this context, the author contributes to the construction of democracy and citizenship in Mozambique, using the dichotomization, negative polarity, and other dialogical categories in the construction of a discourse of social intervention.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo incide sobre a análise de uma crónica do ativista social moçambicano Juma Aiuba (JA) publicada no jornal *Carta de Moçambique*, na coluna *Co'licença*, um periódico de circulação *online*, de grande alcance e prestígio nacional, pela linha investigativa pautada pelo seu editor Marcelo Mosse.

Na sua coluna, JA tem-se destacado pela publicação de textos de cariz opinativo sobre temas candentes da vida política, económica e social de Moçambique como, aliás, o próprio autor refere: “nesse país não falta assunto para falar ou escrever” (in *A oposição e o evangelho político de conveniência*, de 13 de abril de 2020). O “*pretérito mais-que-perfeito*” da vida ¹, publicação de 20 de março de 2020, é o texto por nós escolhido. Este texto parece mostrar preferência pelas estruturas condicionais, com as quais se imbricam outros marcadores modais (e.g., a linguagem coloquial, a sátira, a doxa) que, em certa medida, concorrem para a tese que procuramos defender: o convívio da polémica e do humor no texto de JA.

Este estudo espera ajudar a definir o padrão da escrita de JA e discutir a polémica e o humor como categorias discursivas “coniventes” no texto de cariz opinativo. A perspetiva será marcadamente enunciativo-pragmática (Adam, 2001; Pinto, Almeida & Teixeira, 2017), à luz das múltiplas categorias passíveis de análise no material em estudo.

2. INTERTEXTUALIDADE E INTERDISCURSIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DA POLÉMICA E DO HUMOR

As noções de intertextualidade e de interdiscursividade trazem-nos à superfície a ideia segundo a qual a criação textual não é de todo original, mas sim, uma recriação, implicando o reaproveitamento temático, estrutural, estilístico, etc. de outros textos/discursos. Este arcabouço textual designa-se intertextualidade quando há “a presença mais ou menos explícita, sob a forma de citação ou alusão, de outros textos no discurso” (Pinto & Pereira, 2018:112) e inter-

1. <https://www.cartamz.com/index.php/textos-de-juma-aiubaitem/4710-o-pretérito-mais-que-perfeito-da-vida?fbclid=IwAR0UAUiv-51vxg3HU0wtw9tz-Ve9gFvdMFwygQOBeomdw88rWdUp-0JKPBnWA>

discursividade quando há “a incorporação de uma estrutura, de uma ‘armação textual’ alheia num texto” (idem).

Para as autoras ora citadas, que realizam a análise de um conjunto de crónicas de Ricardo Araújo Pereira (RAP), a opção por esses recursos

(...) ativa a convocação de lugares comuns que *apelam à memória discursiva do leitor, facilitando a sua aproximação, através de um conhecimento partilhado*, implícito no dito. (...) *permite a RAP estabelecer analogias jocosas entre duas realidades que o autor aproxima para comparar*: a realidade atual, objeto de crítica por parte do autor, e uma realidade que o autor convoca para viabilizar a crítica social de forma atenuada e humorística (Pinto & Pereira, 2018:112, nosso destaque).

A intertextualidade e a interdiscursividade estão patentes na produção textual de JA na medida em que o enunciador retoma e mescla os assuntos das dívidas ocultas e do novo coronavírus, na ordem do dia em Moçambique (e no mundo), sob a forma de uma conjugação verbal no pretérito mais-que-perfeito.

(1) Se tivéssemos pensado em colocar baldes de água e sabão no Ministério das Finanças; Ministério da Defesa, Presidência da República e Banco Central para higienizar as mãos dos nossos dirigentes, talvez hoje tivéssemos algum dinheiro guardado para fazer face ao novo coronavírus. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

(2) Não é fácil conjugar o “pretérito mais-que-perfeito”. (...) O “pretérito mais-que-perfeito composto” do modo indicativo ou subjuntivo, então, hummmmm... nem val’apena! Quem inventou essa cena, páh? Desisto! (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

O texto de JA faz a aproximação de um conjunto de medidas de prevenção de contágio do COVID-19 (dentre as quais, lavagem das mãos, medição da temperatura, quarentena, decreto de estado de emergência, uso obrigatório de máscaras, distanciamento físico) da proteção do

Estado dos delapidadores do erário público, em clara alusão ao caso das dívidas ocultas (DO), do qual se lavrou em Moçambique o processo nº 18/2019-C, contraídas por empresas “fantasmas” (MAM, Ematum e Proíndicus) e avalizadas, sem passagem pela Assembleia da República, pelo Governo moçambicano².

Os lexemas *água, sabão e mãos*, em (1), concorrem para denotar as medidas de prevenção do COVID-19, no que tange à necessidade de higienização, à luz das diretivas da Organização Mundial de Saúde, a que o enunciador recorre e incorpora na sua produção discursiva. Aliás, *fazer face ao novo coronavírus* é a mensagem explícita nesse sentido. Todavia, não se trata de higienização das mãos do cidadão comum, mas sim das *mãos dos nossos dirigentes*, expressão que convoca a memória discursiva do leitor para o conhecimento partilhado, a doxa, às DO, no caso. E não se trata, também, de uma referência denotativa ao processo de lavagem, mas sim de uma referência metafórica, que conceptualiza a corrupção como sujidade e a ausência dela como limpeza.

O enunciador insere o seu discurso numa base interdiscursiva simulando a conjugação verbal no tempo pretérito mais-que-perfeito, como se de um professor de língua se tratasse. Decorrente da complexidade do exercício, em (2), desiste. Não se trata da desistência do puro exercício da linguagem, mas do estado de caos em que as dívidas colocaram as famílias moçambicanas, obrigadas a pagar o preço alto do custo de vida que se agravou em Moçambique, uma “fatura” de proveniência desconhecida por bens de que não usufruíram.

JA habituou-nos a esse exercício didático em que os seus textos se confundem com apontamentos académicos. Os seus textos $2 - 3 = -1$: *mais um caso apriorístico*³, de 18 de junho de 2020, e *Ainda há alunos que não dominam a tabela de Téó*⁴, de 22 de maio de 2020, disso são exemplo. Enquanto, no primeiro, o enunciador faz papel de professor de Matemática, no segundo encarna-se num Químico. Aqui, os elementos químicos da tabela periódica são comparados à extensa lista dos arguidos do caso das DO. Como se sabe, são 18 os arguidos que esperam por julgamento em presídios moçambicanos e da África do Sul.

2. “O chamado caso das dívidas ocultas está relacionado com empréstimos de mais de 2.2 mil milhões de dólares, contratados ao arrepio das normas, entre 2013 a 2014, na administração Guebuza” (Jornal *Savana*, de 12 de junho de 2020: 12).

3. <https://www.cartamz.com/index.php/textos-de-juma-aiuba/item/5420-2-3-1-mais-um-caso-aprioristico>

4. <https://www.cartamz.com/index.php/textos-de-juma-aiuba/item/5200-ainda-ha-alunos-que-nao-dominam-a-tabela-de-teo>

2.1. DIALOGISMO E SUAS FACES

JA constrói todo o seu texto numa base dialógica reciclando assuntos, textos, vozes, atores e figuras da cena pública. Esta característica peculiar da sua produção tem a proeza de convocar a ‘memória discursiva’ do leitor, suscitando polémica e humor.

Se estamos recordados, o conceito de polémica insere em si o aspeto dialógico, na medida em que pressupõe, à partida, o confronto de ideias antagónicas que se contrapõem (e. o., Cavalcante, Pinto & Brito, 2018; Amossy, 2017a, 2017b; Carlos, 2006; Rodrigues, 2008). Polémica é, para Amossy (2017a:231), “um discurso fortemente dialógico: responde à palavra do outro, mesmo quando escolhe não nomeá-lo”.

No texto em análise, o enunciador mescla assuntos do quotidiano amplamente mediatizados, como são as DO e a pandemia do COVID-19. Nisto há que concordar com a posição de Rodrigues (2008:271), segundo a qual, “a escrita polémica é uma escrita intrinsecamente citativa: constrói-se discursivamente a partir de e sobre um discurso/texto anterior pertencente a um outro que se torna o destinatário visado e, por esta via, potencial interlocutor”.

2.1.1. NOME PRÓPRIO, ‘ECOS IRÓNICOS’ E POLIFONIA

Além da ‘memória polémica’ (cf. Maingueneau, 1997[1987]) *apud* Carlos, 2006:142), a intertextualidade no discurso aiubano parece ter por função arremessar o ‘ecos irónicos’ (cf. Reyes, 1996 *apud* Rodrigues, 2008:266). Neste caso, o enunciador repete palavras e/ou ideias de alguém para o ridicularizar, vincando com expressividade uma atitude negativa.

Este recurso discursivo é simultaneamente polifónico, uma vez que o enunciador compulsa várias vozes no seu enunciado. A convocação de outras vozes pelo enunciador visa distanciar-se delas, com recurso à ironia.

A enunciação irónica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida. Classifica-se tal fenómeno como um caso de polifonia, uma vez que esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia, pela entonação e pela mímica, no instante mesmo em que lhe dá palavra (Maingueneau, 2004:175).

Este recurso linguístico de construção de piada e polémica materializa-se no discurso de JA através da convocação de nomes próprios e consequente depreciação da sua imagem, uma vez envolvidos no caso das DO (e.g., Boustani, Júnior). A memória recente e dolorosa que o povo moçambicano tem desses sujeitos colabora para a descodificação da mensagem e consequente efeito humorístico que o enunciador augura causar.

(3) (...) talvez o Boustani não tivesse entrado nem tomado a taça de champanhe na festa de aniversário do pai de Júnior. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

(4) (...) talvez o Júnior não tivesse conhecido aquela meretriz francesa. Talvez o coito não tivesse acontecido e talvez nem tivesse havido o pedido de comprar uma vivenda de milhões de dólares no sul da França. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

Noutro diapasão, vezes sem conta, na sua produção textual, JA não refere os entes que se propõe contra-atacar por nomes próprios. Nestes casos, o cronista serve-se da descrição definida.

2.1.2. DESCRIÇÃO DEFINIDA, ‘EFEITO DE SURPRESA’ E POLARIDADE NEGATIVA

A descrição definida é uma forma de referenciação indireta do sujeito cujos argumentos se pretende contrapor. Para Maingueneau (2004:183), “a descrição definida é uma designação *indireta*, uma vez que ela passa por propriedades, o significado do nome, para chegar ao refe-

rente”. Com este recurso, o enunciador convoca para o seu discurso sujeitos conhecidos pelo leitor sem a menção direta do nome próprio. Uma vez mais, o saber enciclopédico/prévio, o conhecimento partilhado, a doxa são fundamentais para a sua eficácia.

Para a descrição definida, em JA, concorrem a indicação das qualidades dos sujeitos que se quer ironizar, razão pela qual a sua produção textual se encontra repleta de adjetivos e nomes comuns⁵. Esta característica peculiar dos seus textos fez gerar a expressão “gatunos de estimação”, frequente em suas crónicas, com a qual se refere aos artilheiros das DO.

Nos exemplos a seguir transcritos temos a descrição definida nominal (de nome comum + adjetivos (em (5)) e de apenas nomes comuns (em (6))).

(5) (...) talvez hoje não estivéssemos a gastar dinheiro e tempo em resgates de um gatuno aventureiro e desleixado. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

(6) Talvez não tivéssemos desenvolvido um afecto patriótico por larápios e, nessa ordem de ideias, talvez o Téo não tivesse inventado a tabela periódica de gatunos. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

O discurso de JA alude a figuras da cena política agora a contas com a justiça, tal é o caso do ex-Ministro das Finanças, Manuel Chang⁶, preso na África do Sul (cf. (5)). Aliás, a extensa lista de arguidos do caso das DO (processo nº 18/2019-C) compôs já uma “tabela periódica” cujos elementos são encabeçados por Teófilo Nhangumele (aqui abreviadamente cunhado Téo) (cf. (6)), um jogo metafórico que catapulta a sátira.

Pela sátira, o enunciador desconstrói a imagem do “Outro” e, ao mesmo tempo, constrange o destinatário (Maingueneau, 2008), chamado a estar a seu lado. Também concorre para o efeito humorístico do texto de JA, a inclusão de temas-tabu, de cenas eróticas ou que denotam a prática sexual.

5. Um texto cuja leitura se recomenda vivamente, até pelo expressivo uso autonímico das aspas (como teremos oportunidade de descrever adiante), é “*Os Nhangumeles do Índico*”... e outras marcas, de 28 de maio de 2020. <https://cartamz.com/index.php/textos-de-juma-aiuba/item/5237-os-nhangumeles-do-indico-e-outras-marcas>. Por razões de ordem metodológica, para esta análise convocamos unicamente enunciados da crónica *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020.

6. Em referência ao seu nome, o filósofo Severino Nguenha chamou “changuinismo” à corrupção no aparelho do Estado que, segundo ele, está em todas as instituições. <http://opais.sapo.mz/ngoenha-diz-que-changuinismo-esta-em-todas-as-instituicoes>.

Possenti (1996:78) reconhece três⁷ condimentos para que uma piada funcione, dentre os quais a alusão a tabus. As expressões nominais e adjetivais *gatuno(s)*, *larápio(s)*, *aventureiro* e *desleixado* (cf. (5) e (6)) são de valor semântico forte e polaridade negativa que, em boa dose, deflagram o ‘efeito de surpresa’ (cf. Grunig, 1993 *apud* Pinto & Pereira, 2018:114) típico de expressões-tabu. Completam esse efeito as expressões *meretriz* e *coito*, em (4).

Os advérbios de dúvida e negação (e.g., talvez e não) também concorrem para a polarização negativa ante a figura do “Outro”, contra quem se procura “combater” com todas as “armas” possíveis.

Para desqualificar o discurso do outro, a polémica recorre a um conjunto de procedimentos discursivos e retóricos: a *negação*, os jogos sistemáticos de oposição, a marcação axiológica (avaliação em termos de Bem/Mal), a reformulação, o manéjo direcionado do discurso relatado, a *ironia*, a hipérbole etc. Todas as armas são boas para o combate (Amossy, 2017a:231, nosso destaque).

Nesta ordem de ideias, o discurso aiubano concorre para uma modalidade argumentativa polémico-humorística. Aliás, nesta apresentação dialógica anti-discursiva⁸, “a polémica se caracteriza pela *dicotomização*, pela *polarização*, e pelo *descrédito à tese ou a pessoa do outro*” (Amossy, 2017a:233, nosso destaque). Estas três marcas estão patentes inclusivamente quando o enunciador se socorre do “Nós” inclusivo (e.g., *talvez não tivéssemos desenvolvido um afecto patriótico por larápios*), reforçado pelo *afecto patriótico*.

3. MODALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MUNDOS POSSÍVEIS

Como categoria linguística, “a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva” (Neves, 2006 *apud* Corbari, 2008:7). Em sede do discurso, essas relações são mantidas por elementos com os quais o enunciador comenta o seu próprio discurso (Maingueneau, 2004:139). *Talvez, manifestamente, provavelmente, felizmente, parece, de alguma forma* são alguns desses modalizadores.

7. *i.* Ingredientes linguísticos; *ii.* tabus, temas recalcados, assuntos (discursos) controversos, discursos prévios; e *iii.* contadores e ouvintes reais de piadas. Neste último caso, as crônicas de JA têm um vasto público leitor, a avaliar pelas visualizações, chegando a alcançar mais de 13 mil visualizações, como é o caso de “*Os Nhuangumes do Índico*”... e outras marcas.

8. Por apresentação dialógica anti-discursiva entenda-se o conjunto de argumentos empregues pelo enunciador para descredibilizar a tese do “Outro” que se procura desvalorar, apoiado na “tática” do dissenso.

Numa outra elaboração, Corbari (2008:v) chama modalidade ao recurso de que o produtor do texto se serve para demarcar a sua posição avaliativa em relação à mensagem expressa ou para estabelecer uma interlocução mais ativa com o leitor no sentido de tentar convencê-lo acerca da validade da opinião expressa.

O valor modal de um enunciado é assegurado por elementos linguísticos de vária ordem (adjetivos, advérbios, verbos, etc.) ligados ao evento de produção do enunciado e que funcionam como “indicadores de intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso” (Koch, 2002 *apud* Corbari, 2008:10). Em termos tipológicos, a classificação tradicional tende a agrupar em três grupos as expressões com valor modal (cf. Campos, 1998; 1991): modalidade epistémica, modalidade deôntica e modalidade apreciativa/avaliativa. Porém, as pegadas do locutor no discurso são muito mais extensas.

3.1. ISOTOPIA E METAFORIZAÇÃO DAS DÍVIDAS OCULTAS

A isotopia afigura-se importante para a análise do discurso, porquanto assegura a homogeneidade do discurso enunciado, a coesão semântica e a continuidade temática e figurativa (Leite, 2009). No texto humorístico, por exemplo, “é a ‘ruptura’ de isotopias, com a escolha da menos óbvia ou da menos esperada pelo leitor, que provoca o riso” (Lara, 2016:1294).

Em O “*pretérito mais-que-perfeito*” da vida parece o enunciador fazer-se valer de dois tipos de isotopias, designadamente, *a.* isotopia sanitária – relativa às medidas de prevenção do COVID-19; e *b.* isotopia política – relacionada com as dívidas ocultas e toda a linha de força da governação Armando Guebuza. No primeiro caso, são desencadeadores de isotopia lexemas como *água, sabão, quarentena, vacina, máscaras, assintomáticos, estado de emergência, higienizar, medir temperatura*; no segundo, *autoestima, pobreza está nas nossas cabeças, revolução verde, atum*.

(7) Se nos tivessem avisado que existem distúrbios assintomáticos, talvez não tivéssemos caído na lábia da autoestima, da pobreza está nas nossas cabeças, da revolução verde, do atum e queijandos. Talvez tivéssemos desconfiado daqueles delírios do Pai Grande. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

Em (7), ao juntar *distúrbios + assintomáticos*, o enunciador maximiza a ambiguidade semântica da construção linguística (na medida em que pode ter a ver com a pandemia do coronavírus ou com a crise provocada pelas dívidas ocultas), associando-a a sujeitos em concreto – *Pai Grande* – no contexto da governação na qual se registou o caso das DO. Desta feita, fundem-se as duas isotopias num só plano discursivo, muitas vezes responsável pelo ‘efeito de surpresa’ do qual resulta o humor.

Este efeito é também conseguido pelo uso metafórico que se faz de instituições públicas (e.g., Ministério das Finanças; Ministério da Defesa, Presidência da República e Banco Central) e de dirigentes públicos com o intuito de os satirizar. Com recurso à polifonia discordante (expressa no advérbio de negação *não*), o enunciador distancia-se de slogans de sucessivos governos moçambicanos que, apoiados na *autoestima*, *combate à pobreza absoluta*, *revolução verde*, *atum*, este último o mote das DO, parece não terem materializado as suas políticas.

3.2. CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS E MODALIDADE EPISTÉMICA DE INCERTEZA

Ferguson (1986) *apud* Lopes (2010:2) concebe construções condicionais como sendo enunciados que fornecem possibilidades de o ser humano falar sobre situações alternativas às do mundo real, construindo cenários possíveis, cenários conjeturais, cenários diferentes dos do mundo real. Parece ser nesta linha que o texto em análise amplamente se inscreve.

(8) Se tivéssemos desenvolvido o hábito de medir a temperatura das reais intenções das pessoas que entram no país através dos aeroportos internacionais, talvez o Boustani não tivesse entrado nem tomado a taça de champanhe na festa de aniversário do pai de Júnior. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

(9) Se tivéssemos tido a sabedoria de valorizar a quarentena dos suspeitos, talvez hoje não estivéssemos a gastar dinheiro e tempo em resgates de um gatuno aventureiro e desleixado. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

(10) Se tivéssemos tido a coragem de colocar os suspeitos de roubo do erário público em quarentena domiciliária, talvez hoje não fôssemos tão ricos em gatunos. Talvez não tivéssemos desenvolvido um afecto patriótico por larápios e, nessa ordem de ideias, talvez o Téo não tivesse inventado a tabela periódica de gatunos. Quem sabe, talvez, hoje, estivesse ocupado em inventar coisas mais úteis como a vacina do corona. Aí talvez o Pai Grande o tivesse reconhecido publicamente no Comité Central. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

(11) Se tivéssemos decretado o estado de emergência, o uso obrigatório de máscaras e a proibição de abraços e beijinhos na rua e com desconhecidos, talvez o Júnior não tivesse conhecido aquela meretriz francesa. Talvez o coito não tivesse acontecido e talvez nem tivesse havido o pedido de comprar uma vivenda de milhões de dólares no sul da França. (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

9. Fazem parte de condicionais cujo antecedente remete para uma proposição que é apresentada como condição para a verificação do conseqüente (Peres *et al.*, 1999).

Por meio de condicionais contrafactuais⁹ (Lopes, 2009; 2010), o enunciador costura cenários em que o calote das DO – inscritas pelo Governo moçambicano na conta do Estado – não tivesse lugar e, com isso, houvesse reservas financeiras para fazer face à pandemia do novo coronavírus. Trata-se da construção de um “novo” real, se entendido este como “um conjunto de fragmentos em que se nos apoiamos para acreditarmos no que nos parece de alguma forma e por alguma razão sempre mais verossímil” (Parzianello, 2014:167). Nesse mundo alternativo, o enunciador projeta um país mais justo e menos corrupto (e.g., *talvez o Boustani não tivesse entrado nem tomado a taça de champagne na festa de aniversário do pai de Júnior, talvez hoje não estivéssemos a gastar dinheiro e tempo em resgates de um gatuno aventureiro e desleixado, talvez hoje não fôssemos tão ricos em gatunos, talvez nem tivesse havido o pedido de comprar*

uma vivenda de milhões de dólares no sul da França), uma pátria de inovações, conhecimento e progresso (e.g., *talvez, hoje, estivesse ocupado em inventar coisas mais úteis como a vacina do corona, talvez o Pai Grande o tivesse reconhecido publicamente no Comité Central*).

Nisto o texto de JA é dialógico/polifónico com a cena político-social atual e, nesta condição, cultiva o dissenso como característica da modalidade polémica (cf. Amossy, 2017b). Se estamos recordados, “de modo geral, *a polémica pode ser definida como uma divergência de opiniões, colocando em jogo dois posicionamentos antagónicos, que provoca debate acerca de questões políticas*, literárias, artísticas, científicas, religiosas, filosóficas etc.” (Carlos, 2006:136, nosso destaque).

Pronomes interrogativos (e.g., *quem sabe*) e advérbios de dúvida (e.g., *talvez*) inscrevem a modalidade epistémica de incerteza e reforçam o valor de hipótese especulativa dos enunciados analisados. Os valores ilocutórios das condicionais aqui expressas (i.e., crítica, censura, lamento) concorrem para atizar a polémica, polarizando-se o enunciador do Governo e seus “aliados” na contração da dívida pública sem uma pretensão aparente do consenso, mas sim do dissenso e “confronto de cidadania” (Amossy, 2011:322).

Pelo uso do pretérito, que pauta uma orientação retrospectiva, é marcada igualmente a impossibilidade de mudar os estados de coisas descritos. E daí decorre uma crítica (uma auto-crítica, alargada ao povo moçambicano) com dimensão de incentivo à mudança (orientação prospetiva), não no sentido de mudar o que foi feito, já que isso é impossível, mas de mudar o que pode ser feito no futuro.

3.3. LINGUAGEM COLOQUIAL E MODALIDADE AUTONÍMICA

Com recurso a meios tipográficos (itálico, aspas, reticências, parênteses e travessão duplo) ou bordões de fala, o produtor do discurso emite juízos sobre sua própria produção. Com este recurso também se diz que o locutor se serve da modalização autonímica, que, nas palavras de Maingueneau:

(...) se caracteriza por não se limitar às palavras colocadas entre aspas, mas por englobar o conjunto dos procedimentos por meio dos quais o enunciador desdobra, de uma certa maneira, seu discurso para comentar sua fala enquanto está sendo produzida. Ao comentar assim sua própria fala, o enunciador produz uma espécie de enlaçamento na enunciação (Maingueneau, 2004:158).

Para um melhor entendimento do fenómeno, vamos reaproveitar o enunciado em (2), aqui reescrito em (12).

(12) Não é fácil conjugar o “pretérito mais-que-perfeito”. O pior é que, quando se usa com exemplos concretos da vida, dá vontade de chorar. O “pretérito mais-que-perfeito composto” do modo indicativo ou subjuntivo, então, hummmmm... nem val’apena! Quem inventou essa cena, páh? Desisto! (in *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, de 20 de março de 2020);

Neste enunciado assistimos à coabitação de material linguístico de vária ordem, relevante para o efeito discursivo que temos vindo a comentar: advérbios de negação, formas verbais altamente sugestivas, aspas, interjeições, marcadores discursivos, etc. Com esses recursos fazem-se asserções, alimentam-se discórdias, transmitem-se estados de espírito, entre outros movimentos discursivos. Não menos importante é a possibilidade de comentar a sua própria fala enquanto ela é produzida, muitas vezes passando de forma despercebida essa possibilidade discursiva.

Hummmmm..., *páh*, do ponto de vista acima exposto, não se resume a meras interjeições ou simples marcadores discursivos. São também formas linguísticas que denotam o grau de complexidade da conjugação de verbos no tempo “pretérito mais-que-perfeito”. Todavia, a colocação desse tempo verbal entre aspas, por sua vez, faz-nos crer que o mesmo não tenha sido empregue no seu sentido prototípico. Aliás, as aspas servem para indicar que as palavras aonde elas recaem não correspondem bem à realidade, “indicam ‘uma espécie de *lacuna*, de vazio a ser preenchido interpretativamente” (Maingueneau, 2004:161).

As aspas inseridas no enunciado em análise convocam uma interpretação sociocultural e contextual da sua produção. Esta possibilidade de interpretação faz-nos crer que o grau de complexidade a que o enunciado nos remete não tem que ver com conjugação verbal alguma, mas sim com as dificuldades socioeconómicas que as DO impuseram ao grosso da sociedade moçambicana. O que as “famílias” têm de conjugar de 2013/2014 a esta parte é o custo de vida alto a que o caso das DO as remeteu.

Um registo de língua coloquial, com recurso a corruptelas fonéticas (e.g., *nem val'apena!*) e uma seleção lexical (e.g., *cena*) típicas do discurso informal, tem em vista conquistar o público leitor que se revê nele.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *O “pretérito mais-que-perfeito” da vida*, Juma Aiuba tem subjacente um conhecimento do mundo que insere o seu discurso em duas linhas de força, se quisermos, duas propostas isotópicas: o caso das dívidas ocultas e a pandemia do novo coronavírus. Esta escrita híbrida coloca o seu texto na “intersecção de múltiplos géneros” (Maingueneau, 1997) e impõe um desafio interessante de estudo. Embarcamos nessa aventura, como referimos na introdução, com a intenção de alcançar três propósitos: *a.* analisar o texto em questão (e toda a linha de produção do autor); *b.* definir o padrão da escrita de JA; e *c.* discutir a polémica e o humor como categorias discursivas “coniventes” no texto de cariz opinativo.

Creemos que os objetivos ora traçados foram alcançados. Da análise feita, o texto de JA define-se como sendo de género do ‘discurso polémico’ (cf. Maingueneau, 1997:35), para o qual concorrem várias categorias de análise, consoante as marcas do enunciador no discurso e as perspectivas de análise. Foi igualmente possível provar que a escrita de JA se faz valer da modalidade argumentativa polémico-humorística.

Aliás, nos textos de JA há uma assumida intenção de gerar humor, como ele mesmo se propõe a “(...) trazer o lado cómico da nossa trágica desgraça! Nossa senhora das piadas, rogai por nós!” (in “*Os Nhangumeles do Índico*”... e outras marcas, de 28 de maio de 2020). E parece muito bem conseguido esse desiderato, quando muitas vezes a sua produção deflagra o ‘efeito de surpresa’, gatilho do humor. Desta feita, parece inegável que a polémica e o humor são duas categorias discursivas confluentes enquanto modalidades argumentativas (cf. Amossy, 2011; 2017b; Cavalcante, Pinto & Brito, 2018).

Em última análise, o discurso de JA insere-se numa *retórica do dissensus* (cf. Amossy, 2017b) como forma de construção da democracia e da cidadania em Moçambique. Para este feito concorrem as teses antagónicas, a polarização negativa de efeito crítico, as isotopias, entre outras marcas que o autor empresta à sua escrita.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Calouste Gulbenkian (processo nº 234957) pela bolsa atribuída ao autor para frequentar o Doutoramento em Ciências da Linguagem, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, decorrente do qual este estudo teve lugar. Agradecemos à Prof. Doutora Maria Alexandra Guedes Pinto pelas leituras de versões anteriores desse texto que muito contribuíram para o seu aperfeiçoamento, sem com isso partilhar qualquer imperfeição da responsabilidade do autor.

REFERÊNCIAS

Adam, J. M. (2001). En finir avec les types de textes. *Analyse des discours. Types et genres, communication et interprétation*, 25-43.

Amossy, R. (2011). O intercâmbio polêmico em fóruns de discussão online: o exemplo dos debates sobre as opções de ações e bônus no jornal Libération. *Comunicação e Sociedade*, 19, 319-336. Acedido em 20 de junho de 2020 em <https://revistacomsoc.pt/article/view/1603>.

_____. (2017a). Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. *EID&A-Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 227-244. Acedido em 18 de junho de 2020 em <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1526>.

_____. (2017b). *Apologia da polêmica* (Trad. de Mônica Cavalcante et al). São Paulo: Contexto.

Campos, M. H. C. (1998). *Dever e poder: um subsistema modal do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

_____. (1991). Valores modais. *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, pp. 361-379. Disponível no link <https://area.dge.mec.pt/gramatica/umfimtriste/valoresmodais10.html#-topo>.

Carlos, J. T. (2006). *Fosse um Chico, um Gil, um Caetano: uma análise retórico-discursiva das relações polêmicas na construção da identidade do cancionista Belchior*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo.

Cavalcante, M.; Pinto, R. & Brito, M. (2018). Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos mediáticos de natureza política. *Diacrítica*, 32(1), 5-24. Acedido a 20 de junho de 2020 em <http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/article/view/140>.

Corbari, A. T. (2008). *Um estudo sobre os processos de modalização estabelecidos pelo par é + adjetivo em artigos de opinião publicados no jornal Observatório da Imprensa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Lara, G. M. P. (2016). *A produtividade da noção de isotopia na construção de sentido do texto. Seminário de tópico variável em análise do discurso: noções básicas de semiótica do discurso*, 1288-1296. Acedido em 21 de junho de 2020 em http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_108.pdf.

Leite, R. L. (2009). Isotopia e metaforização textual. *Niterói*, n. 26, 121-134. Acedido em 21 de junho de 2020 em <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/26312>.

Lopes, A. C. M. (2010). *Condicionais de enunciação no Português europeu contemporâneo*. Coimbra: CELGA. Disponível em <http://www.uc.pt/uid/celga/agenda2010/acml>.

_____(2009). Contributos para o estudo de construções condicionais não canónicas no PEC. *Diacrítica*, 23(1), 149-174. Acedido em 29 de julho de 2020 em <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/47879/1/condicionais.diacritica.pdf>.

Maingueneau, D. (2008). A propósito do ethos. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, pp. 11-29.

_____(2004). *Análise de Textos de Comunicação* (Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva & Décio Rocha). (3ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.

_____(1997). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. (3ª ed.). São Paulo: Pontes.

Parzianello, S. B. (2014). Amossy, Ruth (Org.). Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2011. *Pensamento Plural*, (15), 165-168. Acedido em 22 de junho de 2020 em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/5261/3968>.

Peres, J. et al. (1999). Sobre a forma e o sentido das construções condicionais em português. In I. H. Faria (org.). *Lindley Cintra. Homenagem ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos, pp. 627-654.

Pinto, A. G., & Pereira, C. (2018). Modalização e construção do humor nas crónicas de Ricardo Araújo Pereira. *Redis: Revista de Estudos do discurso*, 3, 108-124. Acedido em 23 de junho de 2020 em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77825>.

Pinto, M. A. A. G., Almeida, A. C. F., & Teixeira, J. F. P. (2017). Polarização e construção da força discursiva em manifestos políticos: o caso das presidenciais portuguesas de 2016. *Linha D'Água*, 30(1), 35-68. Acedido em 23 de junho de 2020 em <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/133203>.

Possenti, S. (1996). Pragmática na análise do discurso. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 30, 71-83. Acedido em 24 de junho de 2020 em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637041>.

Rodrigues, S. V. (2008). *A Queda dum Anjo* como texto de polémica. *Diacrítica - série Ciências da Linguagem*, 1 22, 239-272.

